



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0016008-52.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel**
Requerente: **Marcelo Noleto do Val**
Requerido: **Erinaldo Barretos Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação onde o autor pretende a retomada do imóvel locado aos réus, alegando necessidade de sua utilização para uso próprio, em vista de ação de despejo sofrida na Comarca de Votuporanga, onde atualmente habita.

Nesse aspecto, determino seja retificado o assunto principal do processo por se tratar de **despejo para uso próprio**.

Citados, os réus compareceram à audiência de tentativa de conciliação, onde reconheceram a existência do débito para com o autor, porém, em relação ao pedido de desocupação não ofertaram contestação, tornando-se tácita suas concordâncias nesse particular, de modo que se reputam verdadeiros os fatos narrados pelo autor na inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Ademais, os documentos amealhados com a inicial conferem verossimilhança às alegações do autor.

Portanto, prospera a pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para decretar o despejo dos réus **ERINALDO BARRETOS SILVA e LOUYSI FERNANDA PASSOS DOS SANTOS**, concedendo-lhes para tanto o prazo de trinta dias para desocupação voluntária do imóvel, sob pena de não o fazendo ser lhes decretado o despejo coercitivo.

O autor fica devidamente advertido das penalidades previstas no art. 44, inciso II, da Lei 8.245/91 (detenção de três meses a um ano) para o caso de não promover a retomada do imóvel para o fim almejado, no prazo de cento e oitenta dias após a desocupação ou, usando - o, não o fizer pelo prazo mínimo de um ano.

Expeça-se, oportunamente, mandado de intimação, notificação e despejo.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de outubro de 2013.

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--